

CARTILHA

Recomendações para o Fortalecimento da Escola Pública como Espaço de Proteção Juvenil, Prevenção e Combate à Violência

Fortaleza - 2023



**CENTRO DE
DEFESA DA VIDA**
HERBERT DE SOUZA

Realização



Apoio



Parceiros



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: POR QUE CONSTRUIR RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECER O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À VIOLÊNCIA?	4
METODOLOGIA: COMO FORAM ELABORADAS AS RECOMENDAÇÕES?	9
Oficina com gestores/docentes da Rede Estadual de Educação	10
Oficina com estudantes de escolas do Ensino Médio	11
Oficina com referências comunitárias e acadêmicos/as	13
QUAIS SÃO AS RECOMENDAÇÕES?	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A QUEM CABE A EXECUÇÃO DE TAIS RECOMENDAÇÕES?	17
REFERÊNCIAS	18
EQUIPE DE ELABORAÇÃO	19

INTRODUÇÃO: POR QUE CONSTRUIR RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECER O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À VIOLÊNCIA?

O propósito desta cartilha é apresentar recomendações para o fortalecimento da escola pública como espaço de proteção juvenil, prevenção e combate à violência em periferias urbanas.

Tais recomendações foram construídas com base nos resultados da pesquisa “Violência no Grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais” (CDVHS/ VIESES, 2023).

Essa investigação trouxe dados relevantes sobre como a violência em periferias urbanas fortalecem vitimiza estudantes de escolas públicas de ensino médio, em um contexto de transformações sociais do crime nos últimos anos, no Ceará, cujas repercussões na vida das juventudes são diversas, conforme apontam diferentes estudos (BARROS et al, 2018; BENÍCIO et al, 2018; PAIVA, 2019).

A pesquisa também mostrou como essas juventudes percebem questões relacionadas à segurança pú-

As violências mais frequentes que estudantes sofreram foram:

- **Assalto (18,31%)**
- **Violência sexual (17,5%)**
- **Furto (14,69%)**
- **Ameaça (11,67%)**
- **Agressão (8,85%)**
- **Tentativa de homicídio (3,62%)**
- **Extorsão (1,61%)**

blica nos contextos em que vivem e de que maneira esse cenário de violência em periferias urbanas repercute nas condições de permanência juvenil nas escolas públicas de ensino médio.

Tanto essa pesquisa quanto as recomendações que serão apresentadas a seguir são fruto da parceria entre o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), com destaque para o coletivo Jovens Agentes de Paz (JAP), atuante no Grande Bom Jardim, em Fortaleza, as escolas públicas de ensino médio do Grande Bom Jardim, organizadas no Fórum de Escolas pela

Paz do Grande Bom Jardim, e o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Essa parceria, por sua vez, contou

com apoio institucional da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), fundamental para a realização da pesquisa e da mobilização de gestores e profissionais da escola para a elaboração das recomendações.

Contou, ainda, com a colaboração acadêmica do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da UFC, e com o fomento por parte do Instituto Unibanco, mediante convênio estabelecido pelo CDVHS, do CNPq e da FUNCAP, através do apoio dado por ambas as agências a projetos de pesquisa desenvolvidos pelo VIESES.

Afinal, a proteção juvenil, a prevenção, o combate às violências e a

Locais onde adolescentes/jovens estudantes de escolas públicas de ensino médio do GBJ se sentem mais inseguros/totalmente inseguros:

- *Bairro (88,67%)*
- *Caminho para a escola (68,61%)*
- *Rua (62,17%)*
- *Escola (38,23%)*
- *Projetos sociais (16,90%)*
- *Casa (12,87%)*
- *Igreja (10,67%)*
- *Trabalho (10,44%)*

Mais da metade dos/as/es respondentes indicaram a escola como um local seguro (54,13%), enquanto que mais de 3 em cada 10 a consideraram insegura (38,23%).

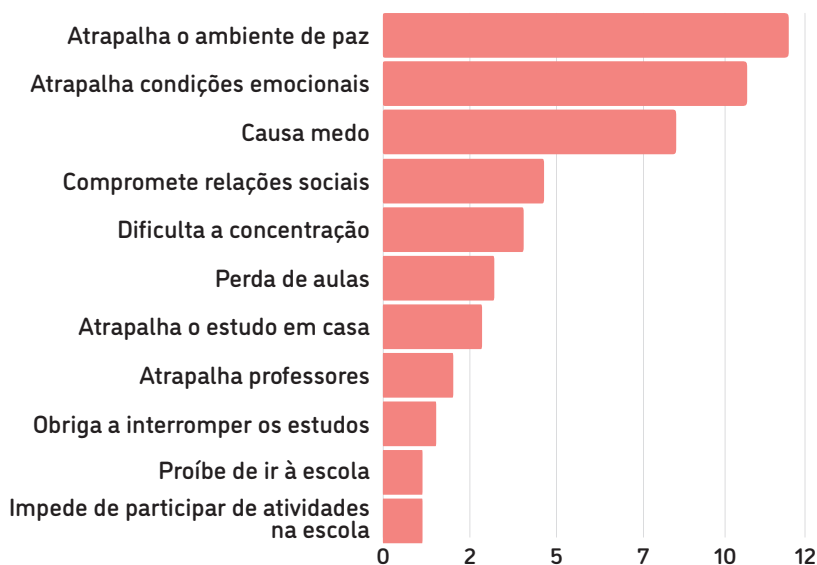
Ao serem questionados/as/es a quem recorreriam caso sofressem algum caso de violência, dentre múltiplas opções, as mais indicadas foram:

1) familiares; 2) polícia; 3) amigos; 4) órgãos públicos; 5) grupos armados; 6) igreja; 7) outros; 8) associação de moradores; 9) ONGs.

consolidação de formações sociais efetivamente democráticas implicam a garantia do acesso seguro e de uma permanência qualificada na escola, bem como a construção de um cotidiano escolar que produza vínculos, aprendizagens significativas, leituras críticas da realidade, respeito e acolhimento às diversidades das juventudes, potencializando-as e lhes dando o apoio educacional e psicossocial necessário.

As recomendações aqui propostas visam, então, colaborar para a construção de possibilidades de enfrentamento dos desafios apontados pela pesquisa e de fortalecimento de condições de permanência qualificada e potencializadora das juventudes no contexto escolar.

Dentre as múltiplas escolhas de formas como a violência interfere em suas formações, as principais indicadas pelos/as/es estudantes que responderam “sim”, foram:



Trajетórias mais afetadas: adolescentes e jovens dissidentes da cisgeneridade, mulheres cis, pessoas negras e indígenas.



• 3 em cada 10 mulheres cis e 4 em cada 10 pessoas LGBTQIAPN+ indicaram ter sofrido violência sexual.



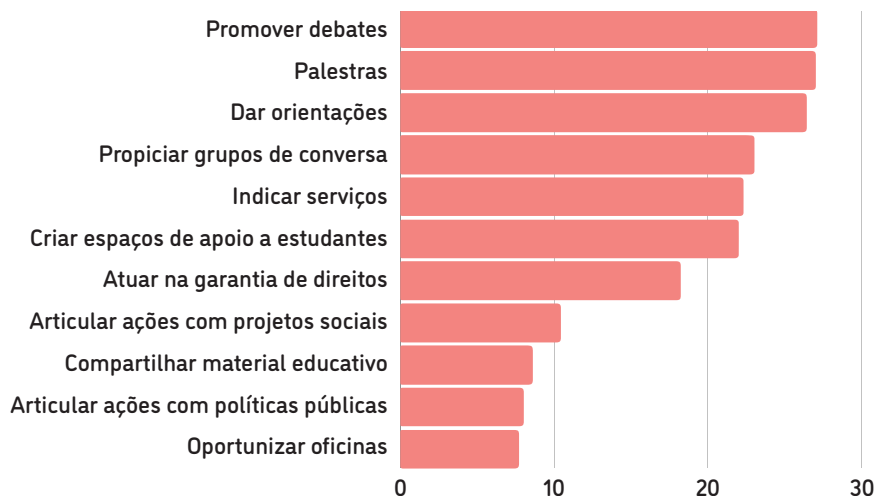
• Adolescentes e jovens LGBTQIAPN+ sofrem cerca de 2x mais assaltos, furtos, ameaças e agressões do que os/as/es heterossexuais; e, aproximadamente, 3x mais tentativas de homicídio e violências sexuais.



• Estudantes pretos/as/es sofreram uma frequência maior que os demais para assalto, agressão, violência sexual e tentativa de homicídio.

• 42,5% responderam que acreditavam que a violência em seus bairros interferia em suas formações escolares/educacionais e 13,8% não souberam ou preferiram não responder.

Na realização da pesquisa, estudantes indicaram o que a escola poderia fazer para enfrentar a violência, dentre as opções:



Fatores de permanência escolar indicados:



Tais recomendações se encontram em consonância com a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

O desdobramento de pesquisas em recomendações ao poder público para fazer frente à violência que atinge juventudes no contexto cearense tem sido uma das boas práticas realizadas não apenas pela universidade, mas também por instâncias como o Comitê de Prevenção de Combate à Violência (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2016) e por organizações como o Centro de Defesa de Crianças e Adolescentes do Ceará

A maioria indicou a amizade com colegas (70,2%) e a existência de bons professores na instituição (62,4%) como fatores fundamentais de permanência escolar.

- CEDECA, o Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará - FÓRUM DCA e o Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional (CEDECA, 2023a, 2023b).

METODOLOGIA: COMO FORAM ELABORADAS AS RECOMENDAÇÕES?

As recomendações contidas nesta cartilha foram construídas coletivamente, a partir da oficina “Caminhos para o fortalecimento da função protetiva da escola frente à Violência”.

Essa oficina contou com a participação de gestores/as ligados à Secretaria da Educação do Ceará, diretores/as, coordenadores/as e professores/as de escolas públicas de ensino médio do Grande Bom Jardim, de jovens que moram no Grande Bom Jardim e que estudam em escolas públicas de ensino médio onde a pesquisa se deu, referências comunitárias que atuam no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, no Fórum de Escolas do Grande Bom Jardim e na Rede de Desenvolvimento Local e Sustentável do Grande Bom Jardim a partir de uma oficina intitulada, bem como docentes e discentes

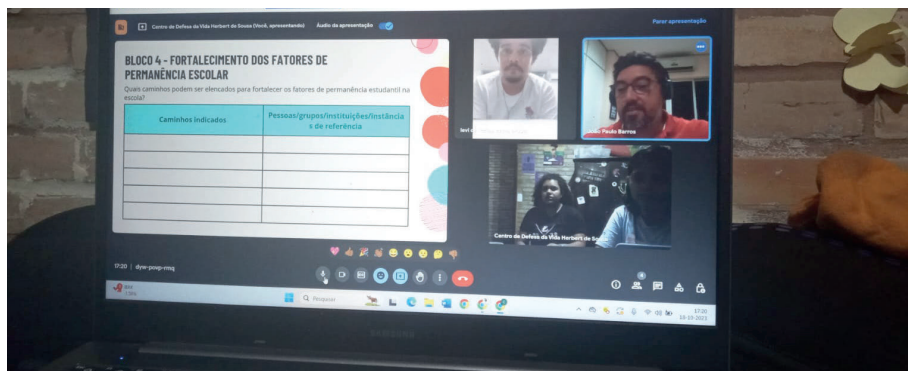
da Universidade Federal do Ceará (UFC) que atuam em temas como juventudes, psicologia escolar/educacional, saúde mental e prevenção/combate à violência.

A oficina “Caminhos para o fortalecimento da função protetiva da escola frente à Violência” foi elaborada conjuntamente pelo Grupo de Trabalho responsável pela condução da pesquisa e aconteceu em 3 edições, a primeira com gestores/docentes, a segunda com estudantes de escolas públicas do Grande Bom Jardim e a terceira com referências comunitárias e acadêmicos/as que atuam com juventudes, escolas públicas e monitoramento de políticas públicas no local onde a pesquisa aconteceu.

A seguir, são apresentadas mais informações sobre cada edição da oficina que resultou nas recomendações.



OFICINA COM GESTORES/DOCENTES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO



No dia 7 de outubro de 2023, foi realizada, de modo virtual, a primeira edição da oficina. Nela, foi possível escutar profissionais ligados à SEDUC, professores e gestoras/es das escolas do Grande Bom Jardim sobre caminhos para o fortalecimento das escolas e para torná-las espaços ainda mais protetivos.

Nessa edição, os/as participantes foram divididos em dois subgrupos. Em cada subgrupo, foram apresentados os principais dados da pesquisa “Violência no Grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais”. Com base nesses dados, que foram organizados em 4 blocos, cada subgrupo se debruçou sobre as 4 questões mobilizadoras abaixo:

1. Com base nos dados sobre vitimização e percepção de segurança pelo/as estudantes que participaram da pesquisa, que caminhos são necessários para enfrentar a violência no território, de modo a fortalecer a escola como um local considerado seguro pelas/os estudantes?
2. Com base nos dados que a pesquisa trouxe sobre as repercussões educacionais da violência para jovens do ensino médio, o que é necessário e pode ser feito para minimizar a interferência da violência nas condições de permanência escolar e para fortalecer a escola pública como lugar de proteção nesse contexto?
3. A partir da escuta do que apontaram os/as estudantes

participantes da pesquisa, que ações podem ser criadas na escola pública para fortalecê-la como espaço de prevenção e combate às violências existentes no seu entorno e que também afetam o cotidiano escolar?

4. Considerando os fatores de permanência escolar destacados pelos/as estudantes que partici-

param do estudo, que ações são necessárias para fortalecê-los, de modo a prevenir/combater evasões escolares ocasionadas pela violência?

Ao final da oficina, os caminhos apontados a partir de cada questão mobilizadora foram sistematizados em um quadro-síntese.

OFICINA COM ESTUDANTES DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO



A segunda edição da oficina ocorreu, presencialmente, no dia 19 de outubro de 2023, no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS). Nela ocorreu o diálogo com estudantes de escolas públicas de ensino médio do Grande Bom Jardim. Nessa edição, os/as participantes se organizaram em 4

subgrupos. A proposta foi que cada subgrupo percorresse, alternadamente, 4 estações temáticas. Cada estação continha um bloco de dados da pesquisa e uma questão que deveria ser respondida a partir da leitura crítica desses dados e da experiência dos/das participantes, conforme consta a seguir.

ESTAÇÃO 1:

- Leitura crítica dos dados sobre vitimização e percepção de segurança apontados na pesquisa.
- Questão mobilizadora: o que poderia ser feito para prevenir as violências que foram mencionadas pelos/as participantes da pesquisa?

ESTAÇÃO 2:

- Leitura crítica dos dados sobre as repercussões educacionais da violência que foram apontadas pelos/as participantes da pesquisa.
- Questão mobilizadora: o que poderia ser feito para diminuir os efeitos da violência na vida escolar?

ESTAÇÃO 3:

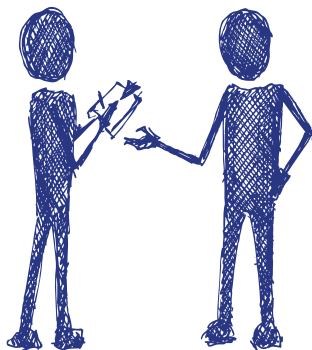
- Leitura crítica dos dados da pesquisa sobre as sugestões que os/as participantes da pesquisa deram a respeito de ações de prevenção/combate à violência que poderiam ser criadas na escola.

- Questão mobilizadora: Como colocar em práticas as sugestões dadas pelos/as próprios estudantes para prevenção/combate à violência no contexto escolar?

ESTAÇÃO 4:

- Leitura crítica dos dados da pesquisa sobre os principais fatores de permanência escolar, segundo os/as próprios/as estudantes.
- Questão mobilizadora: Como fortalecer os pontos que ajudam os/as estudantes a permanecerem na escola?

Ao final da edição 2 da oficina, os caminhos apontados para cada questão mobilizadora também foram sistematizados em um quadro-síntese.



OFICINA COM REFERÊNCIAS COMUNITÁRIAS E ACADÊMICOS/AS



No dia 06 de dezembro de 2023, ocorreu a terceira edição da oficina, desta vez na sala do VIESES-UFC, no Departamento de Psicologia da UFC, com a participação de docentes e discentes do Curso de Graduação em Psicologia (Campus Benfica) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, juntamente com referências comunitárias do Grande Bom Jardim que integram o CDVHS, o JAP, o Fórum de Escolas Pela Paz do Grande Bom Jardim e a Rede DLIS.

Nessa terceira edição, foi apresentado, em um primeiro momento, o resumo dos principais dados da

pesquisa e o quadro-síntese das duas edições anteriores da oficina, contendo os caminhos indicados por gestores/as, professores/as e estudantes. Em um segundo momento, refletiu-se sobre os caminhos apontados nesses quadro-sínteses e se delineou os textos das 10 recomendações, visando contemplar os caminhos indicados por todos os segmentos envolvidos.

Na sequência, são apresentadas as 10 recomendações.

QUAIS SÃO AS RECOMENDAÇÕES?

1. Diálogos com estudantes sobre Prevenção e Combate à Violência.

Promover espaços de diálogo com juventudes no contexto escolar sobre diversidades e prevenção/combate às diversas formas de violência, articuladamente ao enfrentamento de questões como racismo, LGBTQIAPN+-fobia, machismo e capacitismo, por meio de estratégias como oficinas, rodas de conversas, cinedebate, campanhas, entre outras.

2. Atuação intersetorial para prevenção e combate à violência nos territórios urbanos e nas escolas.

Criar e efetivar projetos intersetoriais de cooperação institucional, envolvendo áreas como educação, segurança cidadã, assistência social, saúde, cultura, esporte, emprego e renda, entre outras, para prevenção e combate às violências vivenciadas por estudantes, em seus territórios ou na escola, considerando a interseccionalidade dos marcadores sociais e a multidimensionalidade da problemática da violência, com vistas ao desenvolvimento de ações que garantam a proteção juvenil, o enfrentamento de desigualdades, a mobilidade urbana, o acesso seguro e a permanência qualificada no contexto escolar.

3. Melhoria das condições estruturais da escola, alimentação de qualidade e convivialidade.

Propiciar permanência qualificada na escola, por meio da melhoria de suas condições estruturais, da garantia de alimentação de qualidade e de espaços agradáveis, seguros e acessíveis para criação de vínculos, convivialidade, estudo, esporte, lazer e práticas artístico-culturais.

4. Promoção, prevenção e cuidado em saúde mental de juventudes em contextos de violência.

Ampliar, no cotidiano escolar e no território, dispositivos psicossociais de

atenção à saúde mental de estudantes em contextos de violência, envolvendo ações de promoção de saúde e produção de cuidado diante de experiências de sofrimento, por meio da cumprimento da lei 13935/2019 e da articulação entre escolas, comunidades, universidades, serviços da rede de atenção psicossocial e de outras políticas públicas voltadas à garantia de direitos de adolescentes e jovens.

5. Valorização profissional, cuidado psicossocial e formação permanente de trabalhadores/as da educação.

Fomentar estratégias de valorização profissional, garantia de condições laborais adequadas e apoio psicossocial para trabalhadores/as da educação pública, bem como ações de formação permanente de tais profissionais na perspectiva de fortalecer a escola como espaço de aprendizagem, respeito às diversidades, mediação de conflitos, prevenção/combate à violência e promoção de relações dialógicas, acolhedoras e de confiança entre gestão, docentes, discentes e colaboradores.

6. Implantação de comissões de proteção e prevenção à violência nas escolas e fortalecimento de informações sobre canais e serviços disponíveis.

Implementar comissões de proteção e prevenção à violência nas escolas, de acordo com a Lei Estadual Nº 17.253/2020, e garantir fluxos permanentes de informação e orientação, por meio de diferentes linguagens, a respeito de canais e serviços disponíveis na rede de proteção que podem ser acessados por estudantes, gestores e profissionais diante de situações de violência, garantindo a proteção juvenil e o apoio institucional à comunidade escolar.

7. Articulações entre Escolas e Territórios para a defesa da vida das juventudes e o enfrentamento das repercussões educacionais da violência.

Implementar estratégias que fortaleçam a cooperação entre escolas públicas e a articulação destas com os territórios onde estão inseridas,

envolvendo fóruns, grêmios estudantis, coletivos juvenis, conselhos escolares, organizações da sociedade civil e movimentos sociais que atuam na garantia de direitos, possibilitando troca de experiências e elaboração de ações conjuntas que promovam a vida de juventudes e minimizem repercussões educacionais da violência existente em territórios urbanos.

8. Ampliação de espaços artísticos e culturais nas escolas para potencialização da permanência estudantil.

Promover e ampliar atividades artísticas e culturais na escola, a fim de estimular e qualificar a permanência escolar, por meio da sua articulação com diferentes instituições, organizações e coletivos do território e da cidade, tendo como referência as potencialidades, os interesses e as experiências das próprias juventudes.

9. Atenção às famílias de estudantes em situação de vulnerabilização social.

Fortalecer estratégias de apoio pedagógico e socioeconômico a estudantes, considerando as desigualdades sociais e as dificuldades de acesso e permanência na escola em função da violência existente no território, bem como de apoio socioassistencial e psicossocial às famílias em condição de vulnerabilização social, por meio do estabelecimento de parcerias entre a secretaria da educação e outras instâncias públicas e privadas.

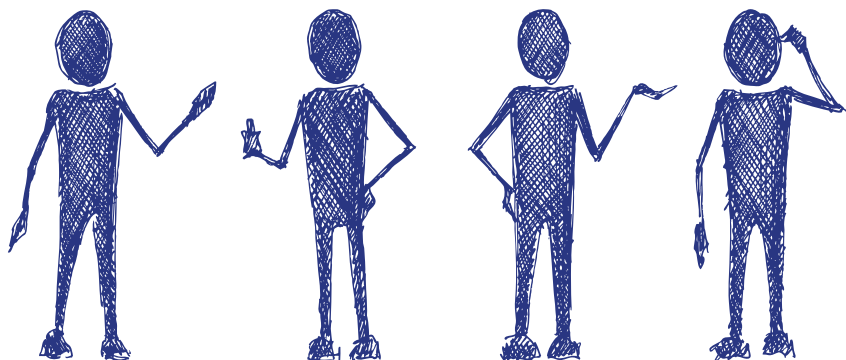
10. Fomento de estudos para auxiliar a elaboração de políticas públicas que fortaleçam a escola como espaço de proteção juvenil, prevenção e combate à violência.

Fomentar monitoramentos, análises e sistematizações de dados sobre as repercussões da violência na vida de estudantes, sob um prisma interseccional e multidimensional, visando à elaboração de políticas públicas que fortaleçam a escola como espaço de proteção juvenil, a partir de parcerias entre poder público, órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), instituições de ensino superior e outras instâncias produtoras de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A QUEM CABE A EXECUÇÃO DE TAIS RECOMENDAÇÕES?

As recomendações apresentadas nesta cartilha pressupõem uma compreensão complexa, multidimensional e interseccional da violência, assim como a responsabilidade compartilhada de diversos setores do poder público para fortalecer a escola pública como espaço de proteção juvenil, prevenção e combate à violência. Evidentemente, essas recomendações demandam ações por parte da SEDUC/SEFOR, mas implicam a participação coordenada de outras instâncias dos poderes públicos estadual e municipal, responsáveis pelas políticas de segurança pública, cultura, saúde, assistência social, emprego e renda, justiça, mobilidade urbana, esporte e juventudes.

Por sua vez, a sociedade civil organizada e instâncias de monitoramento de políticas públicas, a comunidade escolar, os coletivos, os movimentos sociais e as instituições de ensino superior que atuam nos territórios onde as escolas públicas estão inseridas em prol de direitos de juventudes também são fundamentais para que tais recomendações resultem em ações concretas de proteção juvenil, prevenção e combate à violência, na direção de condições dignas de vida para todas, todos e todes.



REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. Cada Vida Importa: Relatório Final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 2016. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/relatorio-final-cada-vida-importa/>

BARROS, João Paulo Pereira; PAIVA, Luiz Fábio Silva; RODRIGUES, Jéssica Silva; SILVA, Dagualberto Barboza da; LEONARDO, Camila dos Santos. Pacificação nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Revista de Psicologia, Fortaleza*, v. 9, n. 1, p. 117-128, jan./jun. 2018.

BENÍCIO, L. F. S. et al. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 2, p. 192-207, 2018.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTES DO CEARÁ - CEDECA Ceará. Análise do Contexto de Crianças e Adolescentes: Violações e os Desafios para a Garantia de Direitos, 2023a. Disponível em: <https://cedecaceara.org.br/index.php/publicacoes/>

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTES DO CEARÁ - CEDECA Ceará. 5º Relatório do Monitoramento do Sistema Socioeducativo Cearense - Meio Fechado, 2023b. Disponível em: <https://cedecaceara.org.br/index.php/publicacoes/>

CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA/GRUPO DE PESQUISAS E INTERVENÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA, EXCLUSÃO SOCIAL E SUBJETIVAÇÃO (VIESES). Violência no Grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais. 2023. Disponível em: <https://cdvhs.org.br/>

PAIVA, L. F. "AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO": AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DO CRIME EM FORTALEZA. *Caderno CRH, [S. l.]*, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019. DOI: 10.9771/ccrh.v32i85.26375. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/26375>.

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros: *Professor adjunto do Departamento de Psicologia da UFC e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, coordenador do VIESES-UFC.*

Lúcia do Carmo Albuquerque: *Coordenadora Executiva do CDVHS.*

Emanuel Meireles Vieira: *Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC.*

Érica Atem G. de Araújo Costa: *Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação Profissão em Psicologia e Políticas Públicas da UFC.*

Ingrid Rabelo Freitas: *Pesquisadora e coordenadora do eixo de Juventude no CDVHS. Assessora do Programa Jovens Agentes de Paz do CDVHS. Integrante do Fórum de Escolas Pela Paz do Grande Bom Jardim.*

Caio Anderson Feitosa Carlos: *Coordenação Adjunta da Pesquisa pelo CDVHS. Sociólogo e Doutorando em Sociologia pela UFC.*

Jean Elyson Rodrigues Borges: *Coordenação de campo. Psicólogo pela UFC. Mestre em Psicologia pela UFRN. Militante Associado ao CDVHS, membro da Rede DLIS do GBJ e do VIESES-UFC. Doutorando em Políticas Públicas pela UECE.*

Cassiane Nascimento de Carvalho: *Coordenação de campo. Pesquisadora e Educadora Social do eixo de Juventudes do CDVHS, Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).*

Ana Thais Albuquerque Boutala: *Estudante de Graduação em Psicologia na UFC. Bolsista de Iniciação Científica. Integrante do VIESES-UFC.*

Levi de Freitas: *Estudante de Graduação em Psicologia na UFC. Bolsista de Iniciação Científica. Integrante do VIESES-UFC.*

Carla Jéssica de Araújo Gomes: *Mestranda em Psicologia pela UFC. Graduada em Psicologia pela UFC. Integrante do VIESES-UFC.*

Virgílio Luna: *Estudante de Graduação em Psicologia na UFC.*

Projeto Gráfico e Diagramação:
Raíssa Veloso (Fruto Produções).

Impressão: Expressão Gráfica.

Fortaleza, 2023.



CENTRO DE
DEFESA DA VIDA
HERBERT DE SOUZA

VIESES

GRUPO DE PESQUISAS E INTERVENÇÕES SOBRE
VIOLÊNCIA, EXCLUSÃO SOCIAL E SUBJETIVAÇÃO (UFC)